



O recorde da dívida pública

Com déficit nominal zero, os juros baixariam de patamar

A dívida pública atingiu R\$ 887,9 bilhões. Que novidade. O BC sinalizou que as taxas permanecerão um bom tempo nestes patamares. A evidência que as taxas da inflação começaram a recuar até o negativo não sensibiliza o Copom.

Muitos dos indicadores apontados em artigos que escrevi aconteceram. É porque a economia não perdoa. Quando alguns ou alguém ganha, alguém ou outros perdem. É um conjunto de mais e menos com equação em equilíbrio.

Os fundamentos da economia brasileira estão sólidos. Com realização do superávit primário que em alguns meses cobre as taxas de juros. É um esforço brutal dos agentes econômicos engessados pela carga tributária sem precedentes. O professor Delfim Neto, que eu respeito muitíssimo, propôs o equilíbrio das contas públicas na tese do orçamento zero. Com esta postura, os juros baixariam de patamar. Não resta dúvida que este é o fundamento da economia: o equilíbrio das contas públicas.

A conquista da credibilidade nacional com menos carregamento dos juros altos pelo padrão de menor risco. Porém, estes ajustes não serão feitos sem dor. Desatrelar as aposentadorias do salário mínimo, redução dos gastos em educação e saúde, permitir que o orçamento público libere gastos vinculados com a receita. Ou seja, o executivo tenha a responsabilidade em definir os gastos nos limites da receita. É

uma tarefa com mais de cinco anos, eu creio.

Este Congresso fisiológico é um obstáculo. Os Severinos da vida só pensam nos gastos e jamais na fonte de receita. Os 20.000 cargos de confiança também. Portanto, não é tranquilo este objetivo, meu povo. Porque os fundamentos da economia com o equilíbrio dos gastos públicos não é fácil tarefa. Para os investidores perceberem que o Brasil possui menos risco, leva muito tempo. E os juros baixarão, se esta tese for aplicada, com certeza.

Enquanto isso, sem o equilíbrio das contas públicas, vamos vivendo com juros reais absurdos. E a dívida crescendo. O superávit primário possivelmente estará sendo superado. É uma questão de tempo.

Porém, os fundamentos da economia que são aplicados pelo BC e pela Receita engessam a economia. Uma revisão do crescimento do PIB para baixo é oportuna. Mas isto tem uma explicação. As taxas de juros inibem a expansão da economia e contêm os preços. A inflação é o maior tributo, especialmente do pobre. Não resta dúvida. Os salários perdem a expressão real de valor. Mas se não ajustarmos esta questão dos juros, ou não acertarmos a mão na intensidade e o tempo destes patamares de juros reais, os empregos diminuirão em função de uma recessão.

O SPC apontou o recorde de cheques voadores. Os créditos consignados a pensões e salários cresceram 120%. A renda

média baixou, embora a taxa de desemprego tenha variado pouco. Os sintomas estão evidentes. Quem está encrencado com o SPC, ou tem comprometimento da renda, não consome.

Os salários estão comprometidos com os tributos, tarifas e serviços públicos, os quais cresceram 11 % em 12 meses. São eles: eletricidade, telefone fixo, gás, IPTU, condomínio e água. Os gastos com o funcionamento de uma casa levam 60% da renda média do trabalhador.

A crise no campo já comprometeu a safra. Algumas commodities agrícolas ficaram com custos que superam o preço de venda. As dívidas do campo não estão sendo negociadas. Daí os protestos, tratoração e marcha a Brasília.

Quanto ao dólar, com o real apreciado, existem sinais de que o saldo comercial vai diminuir, por causa das importações e freio nos investimentos, estes especialmente pela crise institucional que abala o País. A rentabilidade das exportações em alguns setores está muito comprometida. O real apreciado tem influência no IGPM para baixo e se ajustar ao câmbio real, o IGPM pode subir um pouco.

Os bancos estão fazendo a festa. Os investidores capitalistas também. E como na economia uns ganham e outros perdem, os assalariados e os investimentos produtivos ficam com a barba de molho.

* Contador e administrador de empresas.